



Temática 3: Políticas de Informação, Multiculturalidade e Identidade Cultural

**Política de Informação para Repositórios Institucionais
um estudo comparativo**

Morgana Carneiro de Andrade

morganaandrade@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina

Terezinha Elisabeth da Silva

telis@uel.br

Universidade Estadual de Londrina

Brígida Maria Nogueira Cervantes

brigidacervantes@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina

RESUMO

Analisa-se o teor das políticas institucionais de informação para Repositórios Institucionais em três países, Brasil, Estados Unidos e Grã-Bretanha com o objetivo de subsidiar a formulação de diretrizes para políticas voltadas aos Repositórios Institucionais. Os dados referentes aos repositórios foram coletados no OpenDoar e no ROAR, os dois maiores sites de registros de repositórios. Para a seleção dos repositórios analisados optou-se por países que possuem maior similaridade cultural e política com o Brasil e tivessem maior representatividade em número de repositórios. Foram analisados 10 repositórios de cada país. Os resultados da análise evidenciam que os repositórios britânicos apresentaram maior número de políticas adotadas, enquanto no Brasil, apenas em quatro dos repositórios existem políticas definidas. Em alguns repositórios americanos, não foram encontradas políticas definidas, e sim acesso às respostas de questões mais frequentes. Observou-se que as políticas mais adotadas referiam-se aos metadados, depósitos e submissões. Além disso, um número reduzido de repositórios possuía política de preservação. Conclui-se que é necessário conjugar esforços para a elaboração e a aprovação das políticas institucionais de informação, principalmente no que diz respeito ao depósito e à preservação, tão importantes para a perpetuação dos registros e a confiabilidade dos usuários.

Trabalhos técnico-científicos

PALAVRAS-CHAVE:

Política de Informação. Repositórios Institucionais.



1 Introdução

Nos últimos anos, o número de Repositórios Institucionais (RI) e o volume de depósitos têm crescido em todo o mundo, e um dos fatores apontados como necessário para a implantação, o gerenciamento e o sucesso do RI é a adoção de uma política institucional de informação.

O termo Repositório Institucional foi cunhado pela Scholarly Publishing for Academic Resources Coalition (SPARC) como “[...] coleções digitais de captura e preservação da produção intelectual de uma única comunidade ou multi-universidade”, cujas características são: ser digital, institucionalmente definido, acadêmico, cumulativo e perpétuo, com acesso livre e interoperável (CROW, 2002, p. 2).

Lynch (2003) definiu RI universitário como um conjunto de serviços que uma universidade oferece aos membros de sua comunidade para gerência e disseminação dos materiais digitais gerados pela instituição e seus membros. Salienta que deve existir um compromisso desde a organização até a preservação, bem como para o acesso e/ou distribuição desse material.

De acordo com o SPARC, o principal foco do RI é o armazenamento da produção científica de uma instituição. Entretanto, para Crow (2002), o RI pode armazenar outros tipos de conteúdo produzidos pela instituição, incluindo material didático, relatórios institucionais, vídeos, programas de computador, dados, fotografias e materiais digitais que as instituições gostariam de preservar. A política do DSpace restringe o depósito para aqueles materiais que são acadêmicos ou pesquisa orientada, não efêmeros e prontos para publicação (DSPACE@MIT, 2010).

É referenciado, como a principal vantagem do RI, o aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da instituição (SWAN, 2011).

Para a implantação de um RI é necessário um estudo aprofundado da estrutura institucional, para que, na formulação de uma política, sejam levadas em consideração as características e os objetivos da instituição. Devem-se considerar, também, questões normativas e legais, como os aspectos do direito autoral, os níveis de acesso, o período de preservação (TOMAÉL; SILVA, 2007; VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006).

Este estudo se propõe a identificar e analisar o teor das políticas institucionais de informação para RI em três países, Brasil, Estados Unidos e Grã-Bretanha, com o objetivo de subsidiar a formulação de diretrizes para políticas voltadas ao RI.

Sem linhas entre os parágrafos a não ser quando iniciar um novo tópico.



2 Política Institucional de Informação para RI

Políticas são decisões tomadas durante o planejamento e a implantação do RI, que determinam os tipos de materiais e conteúdos que poderão ser inseridos, quem poderá incluir arquivos, as coleções que serão criadas, os direitos e as responsabilidades dos envolvidos, os deveres da biblioteca no processo, os tipos de acesso, questões de privacidade, preservação, metadados, edição do material, direitos autorais, entre outros aspectos relevantes (VARGAS, 2008).

Os softwares EPrints e DSpace se baseiam no princípio de que o próprio autor realize seu depósito (autoarquivamento). Esse é um aspecto relevante para a questão do estabelecimento de políticas institucionais, até mesmo pelas dificuldades encontradas em estabelecer a obrigatoriedade do autoarquivamento por imposição de órgãos governamentais, como aconteceu em alguns países, como os Estados Unidos (SUBER, 2010).

De acordo com Leite (2009), a política para a implementação de RI deve refletir as decisões da administração da Instituição e da Biblioteca. Essa política deve contribuir para: Para essa segunda fase você receberá artigos nas modalidades: “Trabalhos técnico-científicos” e “Relato de experiência” verifique se está usando o template adequado!

[...] integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação da instituição; apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório; satisfazer as necessidades da comunidade; atrair usuários; estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres; povoar o repositório; torná-lo juridicamente viável; manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas; manter relações internas com administradores acadêmicos, pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição; preservação digital de longo prazo; gerenciar riscos; facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório (LEITE, 2009, p. 71).

Viana e Márdero Arellano (2006) realizaram uma compilação de políticas de informação apresentadas na literatura, identificadas no diretório ROAR e com base em suas experiências como parte integrante do IBICT. Dos países cadastrados no ROARMAP, apenas 10 informaram ter adotado políticas formais para seus repositórios. Na época da pesquisa, nenhuma instituição no Brasil havia registrado qualquer política. Dentre as instituições que já possuíam uma política, identificou-se que havia consenso em relação ao autoarquivamento.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Foram apresentados alguns fatores de possível impacto no sucesso desse empreendimento, a saber:

[...] a) auto-arquivamento e seus procedimentos; b) questões de direitos autorais; c) fluxos de tarefas e especificações relacionados ao depósito/submissão de documentos; d) limitações, vantagens e potencialidades do RI para acesso a informações; e) papel e comprometimento dos autores/depositantes; f) atuação e fluxo de tarefas de editores e revisores de conteúdo e metadados; g) relevância da preservação digital; h) necessidade de envolvimento dos stakeholders de toda a instituição; h) responsabilidades de cada unidade organizacional dentro da Instituição; i) atuação dos membros da equipe responsável pela implantação do RI; e j) papel e atribuições dos profissionais de informação durante todo o processo (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 13).

Melero et al. (2009) elaboraram um relatório sobre a situação dos RIs na Espanha, nos anos de 2008 e 2009. Foi realizada uma pesquisa, na Internet, com 104 instituições; vinte e cinco instituições que já possuíam repositórios e treze que não o tinham responderam aos questionários. O resultado mostra que os repositórios contêm, em sua maioria, metadados e texto completo de artigos e teses. As políticas institucionais sobre autoarquivo e serviços criados em repositórios superiores foram relatadas pelos gestores dos repositórios como as mais relevantes, embora a maioria dos materiais depositados tenha sido feito pelo pessoal administrativo. O aumento da visibilidade e citação, o interesse pela administração da instituição e a simplicidade do uso e dos serviços de pesquisa foram identificados como estimuladores para o depósito em repositório. Em contrapartida, foram apontados, como os aspectos mais inibidores, a ausência de políticas, a falta de integração com outros sistemas nacionais e internacionais e a falta de esforços de conscientização entre a comunidade acadêmica.

A pesquisa realizada por Proberts e Jenkis (2006) teve por objetivo determinar a melhor prática no desenvolvimento de documentação, políticas e procedimentos para o desenvolvimento de repositórios institucionais. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com as pessoas envolvidas no desenvolvimento dos repositórios de sete instituições que possuíam RIs. A documentação disponível nos *sites* foi avaliada em 2004. Ao final da pesquisa, os autores elaboraram algumas recomendações e concluíram que a política deve contemplar o conteúdo, considerando a cultura institucional e o grau de responsabilidade das pessoas envolvidas no projeto.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Na pesquisa desenvolvida por Shearer (2003), foram enfatizados os aspectos das políticas dos RIs. A autora analisou atividade de inclusão, que, segundo ela, está estreitamente relacionada com a percepção de satisfação e tem sido citada como uma das mais importantes variáveis para determinar o uso do sistema de informação.

Shearer (2003) relata que o autoarquivamento tem sido bem-sucedido em algumas áreas mais que em outras, resultado de uma diferença significativa no tipo de comunicação científica adotado por alguns campos de conhecimento. Esse aspecto também foi salientado por Costa (2008).

É imprescindível a participação de pesquisadores no processo de autoarquivamento, embora ainda seja muito baixo o número de pesquisadores que adotam essa prática, tornando-se um dos aspectos mais desafiadores para a sua implantação e o seu sucesso (LYNCH; LIPPINCOTT, 2005, apud THOMAS; MCDONALD, 2007). Dados mostram que apenas 15 a 20% dos depósitos são praticados dessa forma (ENABLING OPEN SCHOLARSHIP, [2010b]; HARNARD, 2007).

Segundo Crow (2002), as restrições de *Copyright* têm sido citadas como uma das razões por que os autores são relutantes na submissão dos seus trabalhos em repositórios de acesso aberto. Certamente, essa política pode ter um efeito positivo para as atividades de inclusão em alguns RIs, enquanto para outros não.

Prestes (2010) desenvolveu um estudo em que analisou a ferramenta do OpenDoar para construção de políticas de funcionamento de repositórios e confrontou com as propostas de Leite (2009), Tomaél e Silva (2007) e Viana e Márdero Arellano (2006), com o objetivo de verificar a contribuição dessa ferramenta diante das orientações indicadas por esses autores e sua adequação às características das instituições nacionais. Prestes (2010) concluiu que o número de repositórios que possui políticas divulgadas é pouco expressivo. Quase todos os aspectos abordados pelos autores são contemplados pela ferramenta, com exceção da política de *Marketing*, aspectos legais de política de gerenciamento e as estruturas ligadas à criação de comunidades e coleções. O uso da ferramenta do OpenDoar foi visto como uma importante colaboração à implementação das políticas.



3 Metodologia

Para este trabalho, os dados referentes aos repositórios foram coletados no OpenDoar e no ROAR, os dois maiores sites de registros de repositórios. Foram identificados 1.569 repositórios institucionais registrados no OpenDOAR, e 653 utilizam o DSpace, enquanto 258, o EPrints. No ROAR, constam 1.380 RIs, 258 utilizam o EPrints, e 624, o DSpace. Dados obtidos até dezembro de 2010.

A proposta desta pesquisa foi investigar a existência e o teor de políticas de 30 repositórios institucionais com maior representatividade em número de registros incluídos. Para selecionar a região onde esses repositórios estariam localizados optou-se por países de dois continentes que possuem maior similaridade cultural e política com o Brasil. Desse modo, tem-se a Europa e a América. E, por conseguinte, dentro desse contexto, três países, que tivessem maior representatividade em número de repositórios. Foram selecionados os Estados Unidos, o Reino Unido e o Brasil, e analisados 10 repositórios de cada país. Foram excluídos aqueles que não utilizam o DSpace ou o EPrint. As informações sobre as políticas foram obtidas nos sites das instituições e do OpenDoar.

As políticas identificadas foram analisadas em conformidade com as políticas preconizadas pelo EPrint e o DSpace. Com a análise das políticas apresentadas pelas instituições e o que é recomendado pelo EPrint e DSpace, buscou-se identificar diretrizes que possam ser utilizadas na elaboração de políticas institucionais para implementação de RI.

4 Resultados

Pôde-se identificar que a situação dos repositórios institucionais, em relação à definição de políticas, ainda é insatisfatória.

Não é possível relacionar esse problema com o período de existência dos repositórios (em média 4 a 5 anos) ou com o número de itens depositados, pois identificou-se que repositórios mais recentes e com menor número de itens já disponibilizam políticas definidas, e outros mais antigos e com volume de registros maior não dispõem desse instrumento. Inclusive, alguns repositórios com um número elevado de registros não definiram ainda sua política de preservação.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Um dos aspectos destacados, quando se iniciou a busca para identificação das políticas, foi que os dados encontrados no OpenDoar nem sempre correspondiam às informações constantes nos *sites* das instituições. Já as instituições que utilizam o EPrints possuem políticas que seguem a estrutura da ferramenta disponibilizada no *site*.

Das 30 instituições pesquisadas, apenas 20 possuem políticas já institucionalizadas. O Reino Unido apresenta maior número de instituições com política definida, de fácil localização e que corresponde aos itens relacionados pelo OpenDoar.

Das dez instituições americanas analisadas, sete possuem políticas explícitas, duas disponibilizam um *link* para perguntas frequentes (FAQ) e uma não tem políticas definidas.

Como já destacado na literatura nacional, o número de políticas já aprovadas e disponibilizadas pelas instituições brasileiras é reduzido (PRESTES, 2010). Dentre os RIs analisados, quatro instituições com política disponibilizada em seu *site* foram identificadas. Duas instituições utilizam FAQs que respondem a questões como: inclusão, conteúdo e direitos autorais.

Embora o número de instituições que apresentam políticas definidas não corresponda à totalidade, o índice de políticas que utilizam o mandato representa um número expressivo, e corrobora a literatura analisada, ao afirmar que esse tipo de submissão produz um alto nível de depósito por parte dos seus pesquisadores (ENABLING OPEN SCHOLARSHIP, [2010a]). Identificou-se que, nas políticas apresentadas pelas instituições do Reino Unido, nove de um total de dez instituições, são unânimes nos seguintes quesitos:

- a) o acesso aos metadados é livre e os metadados podem ser reutilizados, sem permissão prévia, e comercializados mediante autorização dos autores/editores;
- b) o depósito pode ser efetuado pelos autores, membros autorizados das instituições; e
- c) a autenticidade e a validação do conteúdo é de responsabilidade dos depositadores.

Das nove instituições, oito liberam cópias para utilização com fins educacionais ou de pesquisa. Não são permitidas cópias dos dados para fins comerciais sem a autorização prévia dos autores. Uma dessas instituições não possui política de dados definida.

Seis instituições permitem o depósito de todos os tipos de materiais, uma restringe o depósito para teses e dissertações e duas não apresentaram política de conteúdo.

Seis instituições apresentaram políticas que abordam os seguintes aspectos:

- a) aceitam artigos na forma de *pre-print*, *post-print* e publicados;
- b) possuem política de mandato aprovada; e



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

- c) permitem a inclusão apenas dos metadados, caso haja algum tipo de embargo.

Uma outra instituição só permite a inclusão de metadados se não houver qualquer tipo de embargo.

A violação dos direitos autorais é de inteira responsabilidade dos autores, de acordo com seis das nove instituições que apresentaram política de submissão. Quatro dessas instituições indicam a exclusão imediata dos itens que violarem a legislação.

Em relação à política de preservação, essa foi identificada em apenas cinco instituições, e foram abordados os seguintes itens:

- a) a usabilidade e a acessibilidade;
- b) migração de formato quando necessário;
- c) possibilidade de atualização do conteúdo; e
- d) transferência do conteúdo para um arquivo apropriado caso o repositório seja encerrado.

Das cinco que apresentaram política de preservação, quatro abordaram os itens a, b, e uma incluiu o item c:

- a) permissão para retirada de itens mediante violação *de copyright* ou requerimento legal;
- b) utilização da prática de *backup*; e
- c) possibilidade de remoção de itens por solicitação do autor/editor.

Alguns aspectos específicos foram abordados nas políticas analisadas:

- a) proibida a alteração do conteúdo após o depósito;
- b) se o trabalho possuir vários autores, as autorizações devem ser fornecidas por todos;
- c) os metadados dos itens retirados não serão aptos à procura/busca. Uma vez que o trabalho foi depositado e, subsequentemente, removido, os metadados para o conteúdo depositado sempre permanecerão para evitar a perda de registro histórico junto com uma nota que esclareça os motivos para a retirada;
- d) alguns registros podem ter licenças e condições de acesso específicas;
- e) os conteúdos de alguns itens não devem ser coletados por robôs, exceto temporariamente, para a indexação de todo o texto ou análise de citação; e
- f) alguns itens são individualmente classificados com condições e permissões de direitos.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Em relação às dez instituições americanas selecionadas, só sete apresentaram políticas aprovadas.

Todas elas permitem livre acesso aos metadados e seis abordam o acesso livre aos dados. Das cinco que apresentaram política de conteúdo, apenas uma não aceita dissertações e teses.

Com referência à política de submissão, seis instituições a disponibilizam, e três adotam o mandato para depósito. Os itens abordados foram:

- a) os depósitos podem ser realizados pelos autores ou por pessoas autorizadas;
- b) o administrador somente pode examinar itens quanto à elegibilidade dos autores/depositantes, à relevância ao escopo do repositório, à validade de *layout*, ao formato e à exclusão de *spam* (material perigoso); e
- c) a validade e autenticidade são de responsabilidade do depositante.

As instituições apresentaram em suas políticas de preservação os seguintes pontos:

- a) em caso de exclusão do item, ele não é eliminado, mas sim omitido para o público;
- b) as URLs são mantidas indefinidamente;
- c) é permitida a inserção de erratas em trabalhos já depositados;
- d) há possibilidade de atualização de conteúdo.

Assim como as instituições britânicas, as americanas também são rigorosas em relação aos direitos autorais. A violação da legislação resulta na retirada imediata do registro.

As cinco políticas de preservação identificadas abordam os mesmos aspectos que as instituições do Reino Unido.

Dentre as instituições brasileiras, apenas quatro apresentaram políticas aprovadas. Em três instituições, os metadados são de livre acesso. Duas disponibilizam o conteúdo para acesso público para fins educacionais e não comerciais sem autorização prévia.

Em relação ao depósito, duas instituições abrigam todos os tipos de materiais, que podem incluir documentos inéditos *pre-print*, *post-prints* e versões publicadas, revistos por pares ou que tenham passado por equipe de especialistas. As submissões podem ser realizadas por membros autorizados da organização ou por seus agentes delegados, e o depósito pode ser realizado a qualquer momento, mas não terão publicidade até expirarem o período de embargo do editor ou do financiador.

Duas instituições priorizam a política de mandato, embora exista a possibilidade de depósito por pessoal autorizado da instituição.



Uma instituição apresenta em sua política de depósito e submissão os seguintes pontos: os documentos são rotulados (categorizados) individualmente com seu estado de revisão e publicação; a validação e a autenticidade são responsabilidades do depositante; não são permitidas mudanças nos itens depositados, mas são permitidos depósitos de versões atualizados. Não é abordada a questão da preservação.

5 Considerações Finais

Em vista do exposto, pode-se concluir que as instituições britânicas possuem uma maior responsabilidade na aprovação e disponibilização das políticas de informação para RIs. Já as instituições americanas parecem não demonstrar tal comprometimento, muitas vezes se atendo a alguns aspectos ou às respostas a questões frequentes (FAQs). As instituições nacionais, mesmo aquelas mais antigas ou que mantêm um número representativo de depósitos, não tiveram, ainda, as suas políticas aprovadas. E as instituições que possuem políticas não contemplam os aspectos relativos à submissão, ao conteúdo, e à preservação.

Os itens mais constantes nas políticas identificadas foram em relação aos direitos autorais, à submissão, ao conteúdo e aos metadados. Embora a questão da preservação digital seja de suma importância, ainda é pouco definida. Outra constatação é que as instituições que utilizam o *software* EPrints são as que apresentaram maior número de políticas aprovadas.

Conclui-se que esforços sejam somados para a elaboração e a aprovação das políticas institucionais, principalmente no que diz respeito ao conteúdo e à preservação, tão importantes para a perpetuação dos registros e a confiabilidade dos usuários.

Information Policy for Institutional Repositories a comparative study

ABSTRACT: This paper analyzes the content of institutional policies of information for Institutional Repositories in three countries: Brazil, the United States and Great Britain, with the purpose of supporting the formulation of guidelines for policies aimed at IRs. The data concerning the repositories were collected in the OpenDoar and the ROAR, the two largest online sites of repository records. For the selection of the analyzed repositories we chose countries with cultural and political similarities with Brazil, which had the largest representation in the number of repositories. We analyzed 10 repositories in each country. The results of the analysis show that British repositories had a larger number of policies adopted, while in Brazil only four repositories had defined policies. In some American repositories there were no defined policies, but there was



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

access to answers to frequently asked questions. It was observed that most adopted policies were related to metadata, deposits and submissions. In addition, a small number of repositories had a preservation policy. We conclude that it is necessary to combine efforts to develop and approve institutional policies of information, especially with regard to deposit and preservation, so important to perpetuate the memory and reliability of users.

KEYWORDS: Information Policy. Institutional Repositories.

Referências

COSTA, S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 218-232, set. 2008.

CROW, R. **The case for institutional repositories**: a SPARC position paper. Washington: SPARC, 2002. Disponível em: <http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir_final_release_102.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2010.

DSPACE@MIT. MIT **DSpace policies and guidelines**. Disponível em: <<http://libraries.mit.edu/dspace-mit/build/policies/index.html>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

ENABLING OPEN SCHOLARSHIP. **Formulating an institutional Open Access policy**. Liège: Université de Liège, [2010a].

ENABLING OPEN SCHOLARSHIP. **Open Access policies for universities and research institutions**. Liège: Université de Liège, [2010b].

HARNARD, S. Entrevista com Stevan Harnard. **Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., p. x-xv, 2007.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009.

LYNCH, C. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL: A Bimonthly Report**, Washington, n. 226, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

MELERO, R. et al. The situation of open access institutional repositories in Spain: 2009 report. **Inf. Res.**, v. 14, n. 4, p. 1-21, Dec. 2009.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

PRESTES, C. Q. **Construção de políticas para repositórios institucionais: análise da ferramenta do OpenDoar.** 2010. 87 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PROBETS, S.; JENKINS, C. Documentation for institutional repositories. **Learned Publishing**, v. 19, p. 57-71, 2006.

SHEARER, K. Institutional repositories: towards the identification of critical success factors. **Can. J. Inf. Libr. Sci.**, Ontario, 2003. Disponível em: <http://cais-acs.ca/proceedings/2003/Shearer_2003.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

SUBER, P. Open access overview: focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

SWAN, A. Institutional repositories: now and next. In: DALE, P.; BEARD, J.; HOLLAND, M. (Ed.). **University libraries and digital learning environments.** Surrey: Ashgate Publishing, [2011]. Cap. 8. (in press).

THOMAS, C.; MCDONALD, R. H. Measuring and comparing participation patterns in digital repositories. **D-Lib Magazine**, Reston, v. 13, n. 9/10, Sept./Oct. 2007.

TOMÁÉL, M. I.; SILVA, T. E. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 28 a 31 de outubro de 2007. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

VARGAS, G. M. **Repositórios institucionais em universidades: estudo de relatos de casos.** 2008. 81 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2008.

VIANA, C.L.M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios institucionais baseados em Dspace e Eprints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., Salvador, 2006. **Anais...** Salvador: IBICT, 2006. p. 1-15. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00001087>>. Acesso em: 2 dez. 2010.